



Universidade e cotas indígenas: como gestar outras palavras e conhecimentos a partir deste encontro?

Alik Wunder

*“Se continuarmos sendo vistos como os que estão para serem descobertos e
virmos também as cidades e os grandes centros e as tecnologias que são
desenvolvidas somente como alguma coisa que ameaça e que nos exclui, o
encontro continua sendo protelado”*

Ailton Krenak

Escrevo este texto em meio aos momentos de preparação de nossa universidade – a Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (Unicamp) para receber 68 estudantes indígenas que ingressarão na primeira versão do Vestibular Indígena. Os(as) estudantes provêm de aldeias e cidades localizadas em diversos estados, especialmente da região amazônica do país. Esta modalidade de vestibular direcionada aos indígenas faz parte do sistema de cotas aprovado pelo Conselho Universitário da Unicamp em 2017. O sistema é resultado da luta do movimento estudantil que fomentou discussões e audiências públicas sobre a urgência das cotas étnico-raciais na universidade, bem como resultado de uma comprometida, ainda que tardia, abertura institucional à implementação desta política.

Escrevo também em meio às notícias diárias de ataques de terras indígenas em todo Brasil e a uma sequência de ações governamentais que colocam em risco a vida e os direitos básicos de indígenas, dentre elas a fragilização institucional da FUNAI, a Fundação Nacional do Índio. Escrevo este pequeno artigo entre o encantamento deste novo desafio universitário e o desencanto com o real risco de perda de direitos dos povos indígenas e de atos de violências físicas e psicológicas disparadas por uma política que deslegitima a existência e as lutas destes homens e mulheres. Em meio a este cenário, o ingresso dos estudantes indígenas nos desafia a criar outras formas de convivências, de inclusão acadêmica, de diálogo epistêmico, de interações estéticas e políticas que firmem novas alianças entre universidade e povos indígenas. Escrevo buscando as forças das palavras de pensadores e pensadoras indígenas.

No ano de 2019, receberemos jovens estudantes de 25 diferentes etnias: Baré, Kokama, Desana, Kotiria, Tukano, Baniwa, Guarani, Terena, Pankaruru, Kubeo, Borari, Xukuru, Tuyuka, Ticuna, Guarani, Guajajara, Tariana, Pankará, Pira-Tapuya, Tupiniquim, Wauja, Atikum, Kuikuru,



Pankará, Krenak. Com eles e elas nos chegam suas experiências de sobrevivência e resistência, nos chegam diferentes línguas, conhecimentos, artes, formas de organização social e política, cosmovisões, conceitos, narrativas... chegam-nos modos de existência de um outro Brasil que a maioria de nós, não-indígenas, pouco conhecemos. E vale perguntarmo-nos: por que pouco conhecemos?

Atualmente vivem no Brasil mais de 305 etnias indígenas e são faladas por volta de 274 línguas. Vivemos em um país multi-étnico e multilinguístico. Como pesquisadora e professora em cursos de licenciatura e de formação continuada de educadores, tenho me dedicado a pensar o encontro com os povos a partir de suas expressões estéticas, especialmente na aproximação com a vasta produção contemporânea de artistas indígenas na literatura, no cinema, nas artes visuais... Início os cursos sobre temática indígena perguntando-nos sobre os povos que conhecemos, mesmo que apenas pela sua nomeação étnica. Iniciamos vocalizando e ouvindo outras línguas, atentando-nos à rica musicalidade dos nomes das etnias. Esta vivência aprendi com as musicistas e educadoras Magda Pucci e Berenice de Almeida que realizam um apurado e criativo trabalho de pesquisa sobre as musicalidades indígenas com produção de materiais educativos (livros, CDs e site) e formação de artistas e educadores.

Em geral, nos cursos que ofereço, a maioria das pessoas conhece apenas quatro ou cinco povos, muitas confundem etnias com nomes de cidades, terras indígenas e esforçam-se em encontrar no seu vocabulário algumas palavras indígenas como forma de se conectar a esse universo. Vale perguntarmo-nos porque sabemos tão pouco sobre a diversidade étnica e linguística de nosso país. Vale perguntarmo-nos o que fizeram (e fizemos) de nós mesmos constituindo-nos como uma sociedade que deu as costas a sua ancestralidade. Secularmente temos dado as costas a estes diferentes povos, bem como as suas lutas, conhecimentos, cosmovisões, artes... Damos as costas às culturas africanas e afro-brasileiras aos desconhecermos a riqueza étnica, artística e linguística dos diversos povos que aqui chegaram forçadamente e enriqueceram o universo cultural no Brasil. Damos as costas a uma longa história de genocídio de aproximadamente 1000 povos indígenas. Pesquisas na área da história, antropologia e arqueologia estimam que antes da chegada dos colonizadores, viviam no nosso território nacional por volta de 1200 etnias e de 2 a 4 milhões de pessoas. Poucos tem a dimensão da riqueza humana que aqui já existia, poucos lembram-se que suas cidades, suas casas, escolas, ruas, estradas, universidades, estão localizadas em antigas aldeias ou rotas de passagem de povos nômades. Rodovia “Bandeirantes”, Rodovia “Fernão Dias” e a Rodovia “Anhanguera”... No interior de São Paulo trafegamos por antigas rotas indígenas e muitas destas estradas foram nomeadas justamente em homenagem àqueles que exterminaram povos inteiros ou boa parte deles: guaranis, puris, tupiniquins, tupinambás...

“*Vocês pisam em terra indígena*” nos lembra Denilson Baniwa, artista visual do Alto Rio Negro, Amazonas, que vive no Rio de Janeiro. Suas intervenções urbanas, denominadas



“Yawaretê”, inscrevem as palavras “TERRA INDÍGENA” junto à imagem de uma onça em espaços estratégicos da cidade. Sua arte abre na cidade uma fenda e faz ver o que as diversas camadas e facetas do colonialismo invisibilizam. Desconhecer o nome dos povos que um dia viveram nos espaços que habitamos ou não conseguir nomear ao menos cinco povos indígenas contemporâneos é uma sensação desconfortante. Falo desde o lugar de alguém que vive esta sensação e a revive nos encontros com educadores e estudantes universitários. Estamos todos(as), de alguma maneira, envolvidos(as) nestas histórias de genocídio e invisibilidade dos povos originários. Penso que o esforço é transformar este desconforto em uma potência que nos leve a inventar outros recomeços nas esferas individuais, coletivas e institucionais; nas escolas, nas universidades, nas aldeias, nas cidades e nos nossos diversos movimentos teóricos, artísticos e políticos.

Compreender o sistema de cotas como possibilidade de encontro com/entre povos leva-nos à imagem de uma flecha de duas pontas: como uma importante política de inclusão que dará espaço a uma população que ficou historicamente à margem das políticas de acesso acadêmico e também como uma possibilidade de a universidade e as ciências, em suas diversas áreas de conhecimento, reconhecerem que o diálogo com as formas indígenas de ver e pensar foi um caminho ainda pouco trilhado. E esse será um longo caminho a ser inventado. Compreender que estamos recebendo outros povos, outras palavras, outros conhecimentos e outras formas legítimas de estar no mundo é a ponta de uma flecha que não está dada e, talvez, seja esse nosso maior desafio. Receber aqueles que costumamos chamar de “outros”, mantendo os nossos “mesmos” modos de pensar, ensinar, aprender, escrever, ler, calcular e conviver é um convite a seguir pelos mesmos roteiros colonialistas que já se fizeram diversas vezes nestes 519 anos. Isso seria repetir percursos já conhecidos. Para Kaká Werá, escritor e ativista indígena, o que chamamos de *descoberta* do Brasil foi um grande desencontro:

Desencontro que gerou genocídios e continua [...]. O desenvolvimento da ciência e sabedoria indígena se deu através de uma percepção interior, do desenvolvimento celebrativo através das danças, dos cantos, das pinturas corporais, da relação harmônica com a natureza. Nós tínhamos o nosso progresso. Esse é o ponto que precisa ser muito bem colocado para se perceber o tamanho do abismo que provocou esse desencontro. (Werá, 2017, p.44-45)

Com as palavras de Werá somos forçados a pensar que será necessário, nesse encontro com os “mundos indígenas”, colocar em rasura uma ideia única de desenvolvimento nas diversas áreas de conhecimento, levando em conta outros conceitos ameríndios que quase nunca ouvimos, pouco consideramos como válidos e muito raramente colocamos em movimento seja nas escolas, nas universidades, nas políticas públicas... Como seria pensar a saúde pública em diálogo com os conceitos ameríndios de saúde e cura? Como seria repensar alguns conceitos e metodologias educacionais a partir de uma escuta atenta aos seus modos de educar? Como seria pensar a escrita e a literatura na relação com a força da oralidade indígena? Como seria pensar a arquitetura, a



antropologia, a economia, a biologia, a geografia, as artes visuais, as artes do corpo e da cena neste fértil diálogo com os múltiplos regimes conceituais e estéticos dos diversos povos indígenas contemporâneos? Como seria pensar em outros índices de desenvolvimento, levando em conta a ideia de progresso destes povos, como por exemplo o conceito de “bem viver” dos povos ameríndios?

Kaká Werá, ao ser perguntado sobre como poderia ter sido este encontro, responde:

Um encontro baseado no respeito, na verdadeira integração, no intercâmbio. Hoje em dia existem lideranças indígenas que fizeram sua antropofagia cultural: souberam entrar em contato com a civilização branca e souberam fortalecer sua cultura ancestral. São exemplos de como poderia ter sido o contato. Poderia ter acontecido um amadurecimento tanto da cultura nativa quanto da cultura que veio para cá. Isso não ocorreu. A cultura ocidental até hoje pratica valores que são de um tempo que já se concluiu. (Werá, 2017, p.47)

A compreensão de que receberemos na universidade outros povos, outros modos legítimos de estar no mundo, é o que abre para a possibilidade de que uma outra via de encontro aconteça. Como nas palavras de Werá, lideranças políticas - pajés, caciques, escritores e escritoras, acadêmicos e acadêmicas, educadores e educadoras, artistas... - já fizeram esta travessia. Kaká Werá é um deles, assim como Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Álvaro Tukano, Sônia Guajajara, Davi Kopenawa, Gersen Baniwa, Marcos Terena, Edson Caiapó, Graça Graúna dentre muitos e muitas outras. Há um conjunto de pensadores e pensadoras indígenas que fizeram a “antropofagia cultural”, alguns pela via acadêmica e outros não. Estas pessoas construíram ricas experiências de resistência, imaginação do pensamento e práticas políticas que precisam ser ouvidas nesse desafio universitário que se abre. E a maior parte dessas pessoas percorreu caminhos acadêmicos em tempos em que a educação indígena não era um direito constitucional, criaram fendas nos sistemas de exclusão.

Recebemos em 2018 o escritor Daniel Munduruku como Professor Visitante na Faculdade de Educação da Unicamp (Edital Professor Visitante 2017 – Unicamp). Daniel Munduruku possui uma trajetória acadêmica interdisciplinar com pós-doutorado em literatura (UFSCar), doutorado em educação (USP), graduação em filosofia e licenciatura em história. Esta sua rica e diversa trajetória trouxe à universidade um pensamento singular mergulhado nas cosmovisões e nas lutas dos povos indígenas em constante diálogo com as diversas vertentes teóricas da filosofia, da educação e dos estudos literários.

A experiência de acompanhamento semanal das suas aulas, junto aos estudantes de diversos cursos, possibilitou-me uma entrada sempre nova e inusitada nas discussões sobre as questões indígenas e suas relações com a educação. Nas histórias narradas pelo escritor/contador de histórias a cada aula, as questões que envolvem a temática indígena, a educação, a cultura, a política e a linguagem chegavam-nos juntas e de forma indissociável, como um grande e caudaloso rio no qual



as águas de diversos ambientes e profundidades se encontram e geram movimentos. A oralidade, a literatura, as corporeidades, as imagens e as musicalidades possibilitaram o encontro com uma grande amplitude de conhecimentos e de novos e desestabilizadores regimes conceituais. As aulas ampliaram nosso conhecimento sobre a diversidade étnica brasileira; sobre os modos que se construiu a invisibilidade e os estereótipos sobre os povos indígenas na linguagem, no conhecimento, na escola e na política; sobre os percursos da luta indígena pelos direitos constitucionais e sobre as narrativas indígenas encharcadas de cosmovisões que nos enriqueceram com outras formas de conceber a educação, a natureza e a própria humanidade. Como nas palavras de Daniel Munduruku, os povos indígenas nos oferecem outras temporalidades e também outras imagens de humanidade.

Após a criação da Lei Federal de Cotas para o Ensino Superior em 2012 ([Lei nº 12.711/2012](#)), um outro grande passo constitucional para a educação dos povos indígenas, as universidades federais e algumas estaduais iniciaram seus sistemas de cotas o que possibilitou a inserção histórica desta população nos cursos de graduação. Hoje, no Brasil, há muitas pesquisas na pós-graduação desenvolvidas por indígenas e aproximadamente 30 doutores. Há outros roteiros em curso nestas diversas experiências espalhadas pelo Brasil. Há muito a ouvir e aprender com elas... E há um roteiro de encontro que sempre recomeça. Atentarmo-nos às malhas de saber e poder que nos impossibilitou o encontro é um caminho desafiante para seguir inventando outras vias. Acredito que podemos encontrar em nós, brasileiros não-indígenas, esta potência ancestral ameríndia que também nos atravessa, por histórias familiares e por vivermos esta diversidade cultural, linguística, artística e cosmológica que nos perfaz. Rotas de encontro estão sempre por vir. Assim como iniciei, finalizo este artigo com palavras de Ailton Krenak, jornalista, pensador indígena e ativista ambiental, que nos deixa sempre em aberto as rotas do pensamento:

Os nossos encontros ocorrem todos os dias e vão continuar acontecendo, eu tenho certeza, até o terceiro milênio, e quem sabe além do horizonte. Nós estamos tendo a oportunidade de reconhecer isso, de reconhecer que existe o roteiro de um encontro que se dá sempre, nos dá sempre a oportunidade de reconhecer o outro, de reconhecer na diversidade e na riqueza de cada um de nossos povos o verdadeiro patrimônio que nós temos. (Krenak, 2015, p.164)

Notas:

[1]Dados do IBGE de 2010. Para saber mais sobre povos indígenas contemporâneos no Brasil ver site [Povos Indígenas no Brasil](#) do Instituto Socioambiental



[2] Para ler mais sobre este tema: “[A existência para além do economicismo destrutivo e desenfreado](#)” de Daniel Munduruku na Revista do Instituto Humanitas da Unisinos (Ihu) Edição 527, 2018.

[3] Para ler mais sobre pensadores e pensadoras indígenas: Revista do Instituto Humanitas da Unisinos (Ihu) Edição 527, 2018 e artigos do Mekukradjá, círculo de Saberes que aconteceu no Espaço Itaú Cultural em agosto de 2018:

<http://www.itaucultural.org.br/nas-dobras-dos-pensamentos-indigenas-palavras-de-engravidar-o-tempo>. –

www.tembeta.com.br

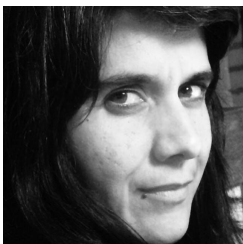
[4] Ler artigo “[Tempo, tempo, tempo](#)” nesta coluna da Revista Coletiva (n.º 1, 2018).

Para saber mais :

KRENAK, Ailton. **O eterno retorno do encontro**. In: KRENAK, Ailton. Encontros. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

WERÁ, Kaká. **Palavras de um homem-lua**. In: Werá, Kaká. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Coleção Tembete, 2017

Autora



Alik Wunder é professora docente na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Pesquisa artes ameríndias e afro-brasileiras, filosofia contemporânea e imagem, em especial, fotografia. É pesquisadora da Linha de Pesquisa Arte e Linguagem em Educação e do Grupo de Estudos Audiovisuais - OLHO